

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 118/PGJ/2022**

Processo nº 09.2022.00008808-0

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **L. M CLIMATIZAÇÃO LTDA.**, representada por **Yuri Luiz de Castro Moreira** e **Rosinelly Delgado da Rosa Moreira**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Artigo 124, inciso I, alínea “b” e artigo 125, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Objeto: Acréscimo de valor, no importe de R\$ 2.386,68 (dois mil trezentos e oitenta e seis reais e sessenta e oito centavos), ao valor inicial contratado, em decorrência do aumento, em 12 (doze) unidades, do item 5 – Manutenção Corretiva (...).

Valor total: R\$ 16.194,38 (dezesesseis mil cento e noventa e quatro reais e trinta e oito centavos).

Vigência: 20.03.2023 até 15.09.2023.

Data de assinatura: 20 de março de 2023.

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 80/PGJ/2020

Processo nº PGJ/10/4580/2019 – PGA nº 09.2023.00000831-2

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **MCD CONSTRUTORA LTDA**, representada por **Renato Hallal Dahdah**.

Procedimento licitatório: Concorrência nº 1/CPL/PGJ/2020.

Amparo legal: Artigo 57, §1º, inciso I, e artigo 65, inciso I, alíneas “a” e “b”, inciso II, alínea “d”, e § 1º, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Supressão de valor, no importe de R\$ 791,17 (setecentos e noventa e um reais e dezessete centavos), acréscimo de valor, no importe de R\$ 14.575,29 (quatorze mil quinhentos e setenta e cinco reais e vinte e nove centavos); o reequilíbrio econômico-financeiro, a prorrogação do prazo de execução, por mais 3 (três) meses; e, a prorrogação da vigência contratual, por mais 3 (três) meses.

Valor total: R\$ 1.235.089,23 (um milhão duzentos e trinta e cinco mil oitenta e nove reais e vinte e três centavos).

Vigência: 20.03.2023 a 1º.8.2023.

Data de assinatura: 20 de março de 2023.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 091/PGJ/2023

Processo: 09.2023.00001875-4

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **ANDERSON ESCALANTE GAMA**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Caarapó/MS.

Valor estimado mensal: R\$ 180,00 (cento e oitenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE000735, de 17.02.2023.

Vigência: 10.03.2023 a 31.12.2023.

Data de assinatura: 10 de março de 2023.

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 092/PGJ/2023**

Processo: 09.2023.00001879-8

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **ANDERSON ESCALANTE GAMA**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Prestação de serviço de limpeza de calhas no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Caarapó/MS.

Valor estimado mensal: R\$ 300,00 (trezentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE000795, de 27.02.2023.

Vigência: 10.03.2023 a 31.12.2023.

Data de assinatura: 10 de março de 2023.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 093/PGJ/2023

Processo: 09.2023.00001948-6

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **Alana Silva Teixeira 05888068543**, representada por **Alana Silva Teixeira**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Fornecimento de água mineral (recarga galão 20 litros) para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Caarapó/MS.

Valor estimado mensal: R\$ R\$ 374,00 (trezentos e setenta e quatro reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE001080, de 15.03.2023.

Vigência: 20.03.2023 a 31.12.2023.

Data de assinatura: 20 de março de 2023.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 094/PGJ/2023

Processo: 09.2023.00003068-0

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **DEMARKA DECORAÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, representada por **Marcia Helena de Campos Arce**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Prestação de serviço de reforma, substituição e lavagem de persianas para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 1.369,00 (um mil trezentos e sessenta e nove reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE001107, de 17.03.2023.

Vigência: 21.03.2023 a 31.12.2023.

Data de assinatura: 21 de março de 2023.

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/PGJ/2022**

Processo: 09.2023.00002166-0

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;2- **YOUSSEF AMIM YOUSSEF**, representada por **Alberto Youssef**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 13/PGJ/2022.

Amparo legal: Artigos 58, inciso I, 60 e 65, inciso II, alínea “b”, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Retificar marca do item 20, registrado na Ata de Registro de Preços nº 25/PGJ/2022, do Pregão Eletrônico nº 13/PGJ/2022:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
20	Jarra para água, confeccionada em vidro resistente, mínimo de 3mm e com alça no próprio vidro, transparente, com tampa, capacidade de 1.5 a 2 litros, com selo da garantia, composição e informações do fabricante, estampados na peça. Marcas de referência: Marinex, Etna, Luna e Luminarc. Marca: Invicta .	Unidade	100	57,00
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)

Data de assinatura: 21 de março de 2023.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA****BATAYPORÃ****EDITAL Nº 0014/2023/PJ/BIP**

A Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2023.00000169-6, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar no endereço Rua Jair Abranches Mella, nº 1.203, Centro, Batayporã-MS ou pelo endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000169-6

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Nelson Almeida de Andrade

Assunto: Apurar a queima de 37,96 hectares em área de Reserva Legal e de 1,33 hectares em área de Preservação Permanente na Fazenda Primavera, em Batayporã/MS, realizado sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental nº 001/3ºGPMA/5ºPEL/1ªCIA/BPMA/2021.

Batayporã, 20/03/2023.

MURILO HAMATI GONÇALVES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0015/2023/PJ/BIP**

A Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2023.00000171-9, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar no endereço Rua Jair Abranches Mella, nº 1.203, Centro, Batayporã-MS ou pelo endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000171-9

Requerente: Ministério Público

Requerido: LM Agropecuária Empreendimentos e Participações Ltda

Assunto: Apurar a queima de 105,6 hectares de vegetação nativa, de 79,29 hectares em área de Reserva Legal e de 0,69 hectares em Área de Preservação Permanente na Fazenda Flamboyant Glebas A e B, em Batayporã/MS, realizada sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental nº 001/3ºGPMA/5ºPEL/1ªCIA/BPMA/2021.

Batayporã, 20/03/2023.

MURILO HAMATI GONÇALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0016/2023/PJ/BIP

A Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2023.00000172-0, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar no endereço Rua Jair Abranches Mella, nº 1.203, Centro, Batayporã-MS ou pelo endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000172-0

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Romeu César Mascarello

Assunto: Apurar a queima de 14 hectares em área de Reserva Legal na Fazenda União, realizada sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental nº 001/3ºGPMA/5ºPEL/1ªCIA/BPMA/2021.

Batayporã, 20/03/2023.

MURILO HAMATI GONÇALVES

Promotor de Justiça

.....
CASSILÂNDIA
.....

EDITAL Nº 0004/2023/01PJ/CLA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a INSTAURAÇÃO do Inquérito Civil Público nº 06.2023.00000311-7, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Inquérito Civil Público nº 06.2023.00000311-7

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário do Estado de Mato Grosso do Sul – AGEPEN-MS

Assunto: Melhorias nas condições de segurança e salubridade das guaritas de segurança do Estabelecimento Penal de Cassilândia-MS.

Cassilândia-MS, 17 de março de 2023

LEONARDO DUMONT PALMERSTON

Promotor de Justiça em substituição legal

**EDITAL Nº 0005/2023/01PJ/CLA**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a conversão do Procedimento Preparatório em Inquérito Civil Público nº 06.2022.00000319-0, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Inquérito Civil Público nº 06.2022.00000319-0

Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Requerido: ELISA KEIKO OKUMURA MORE

Assunto: Apurar possível contratação irregular de Assessor de Contabilidade sem a devida formação profissional pela Prefeitura de Cassilândia.

Cassilândia-MS, 17 de março de 2023

LEONARDO DUMONT PALMERSTON

Promotor de Justiça em substituição legal

.....
JARDIM
.....

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2023.00001544-6.

Assunto: Fiscalização do processo de eleição para a escolha dos membros do Conselho Tutelar de Guia Lopes da Laguna/MS.

RECOMENDAÇÃO 0003/2023/02PJ/JIM

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL por sua Promotora de Justiça signatária, no uso de suas atribuições, com fulcro no art. 129, inc. III, da Constituição Federal; no art. 6º, inc. XX, da Lei Complementar Nacional n. 75/1993; no art. 27, parágrafo único, inc. IV, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei n. 8.625/1993); e

CONSIDERANDO que o Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, essencial ao Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, concebido na perspectiva de desjudicializar e agilizar o atendimento do público infantojuvenil e encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO que a Resolução n. 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), ao regulamentar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar em data unificada em todo território nacional, fixa uma série de providências a serem tomadas pelos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Poder Público local, no sentido de assegurar a regular realização do pleito;

CONSIDERANDO que a Lei n. 12.696/2012 promoveu diversas alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990), assegurando direitos sociais e determinando que, a partir do ano de 2015, os membros do Conselho Tutelar devem ter seus representantes eleitos em um processo unificado de escolha, em todo o território nacional;

CONSIDERANDO que, por força do art. 7º da Resolução n. 231/2022 do Conanda, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente tem por obrigação publicar o edital convocatório do pleito de escolha com 6 (seis) meses de antecedência à data prevista para sua realização;

CONSIDERANDO que a data limite para publicação do edital pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente se dará até o dia 3 de abril do corrente ano, ocorrendo as eleições para membros do Conselho Tutelar no dia 1º de outubro de 2023;



CONSIDERANDO o caráter normativo e vinculante das deliberações e resoluções dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, já expressamente reconhecido pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp. n. 493811/SP¹;

CONSIDERANDO que o art. 139, *caput*, do Estatuto da Criança e do Adolescente e o art. 5º, inc. III, da Resolução n. 231/2022 do Conanda estabelecem que caberá ao Ministério Público a fiscalização desse processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO ser função do Ministério Público a fiscalização dos Conselhos Tutelares, nos termos do art. 201, incs. VIII e XI, do Estatuto da Criança e do Adolescente, buscando seu efetivo funcionamento e o oferecimento de uma estrutura adequada de atendimento;

CONSIDERANDO, por fim, que, por força do art. 201, incs. VI e VIII, do Estatuto da Criança e do Adolescente, compete ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e aos adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, incluindo a instauração de procedimentos administrativos,

RECOMENDA:

1) AO PREFEITO MUNICIPAL:

1.1) Que encaminhe em prazo suficiente para tramitação e aprovação na Câmara de Vereadores², com pedido de urgência, Projeto de Lei para atualizar a legislação que regulamenta a atividade e o processo de escolha do Conselho Tutelar, inclusive para contemplar as inovações da Resolução n. 231/2022 do Conanda. Para agilizar e facilitar a proposta de alteração legislativa, encaminha-se minuta de Projeto de Lei, baseada em modelo nacional;

1.2) Que designe, formalmente por meio de Portaria, servidor(es) municipal(is), em número bastante, para acompanhar as providências necessárias para a realização de todo o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar e para servir de referência de contato – sempre que este se mostrar necessário – tanto por parte do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) quanto por parte da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, se necessário;

1.3) Que designe, formalmente por meio de Portaria, Procurador Jurídico ou Assessor Jurídico do Município para, sem exclusividade, prestar assessoria jurídica ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) em todo o processo de escolha do Conselho Tutelar, em especial para o apoio técnico no lançamento do edital, na habilitação dos candidatos (inclusive na fase recursal), no processamento e julgamento de procedimentos administrativos instaurados para apurar condutas vedadas praticadas por candidatos ou seus apoiadores, acompanhando pessoalmente todas as sessões deliberativas da Comissão Especial do processo de escolha e as plenárias do CMDCA, permanecendo de plantão no dia da votação;

1.4) Que forneça todo suporte que se mostrar necessário para a realização do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, o que será definido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), incluindo o fornecimento de assessoria técnica e jurídica, a convocação de servidores públicos, entre outras ações previstas no regulamento do certame, além do fornecimento de veículos, espaços físicos e, havendo, sejam observadas também as medidas necessárias para o recebimento do apoio técnico e logístico da Justiça Eleitoral (treinamento de servidores, transporte de urnas etc).

1.5) Que auxilie, por meio da Assessoria de Comunicação, o CMDCA para garantir a mais ampla divulgação do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, inclusive no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal, bem como, oportunamente, dos locais de votação, por meio de cartazes a serem afixados em unidades do CRAS/CREAS, CAPS, UBS, hospitais, escolas, centros de educação infantil, clubes, Delegacias de Polícia, Fórum, Ministério Público, associações comunitárias/de moradores, etc., além da divulgação de matérias em jornais, blogs, redes sociais e rádios locais, com a devida prioridade;

¹ Superior Tribunal de Justiça. 2ª Turma. Relatora Min. Eliana Calmon. Julgamento em 11/11/2003. DJ 15/03/2004, p. 236.

² A lei deve ser publicada até o dia 31 de março do corrente ano, a fim de que o edital (que deve ser publicado até o dia 3 de abril) já contemple as disposições da nova legislação, garantindo mais segurança jurídica ao processo de escolha. O membro do Ministério Público deve avaliar se haverá tempo hábil para aprovação da lei no momento da expedição da recomendação.



1.6) Que, mediante indicação do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, viabilize espaços adequados e suficientes para a realização da votação direta, e ainda forneça local da apuração, com todos os recursos necessários para a realização dos trabalhos.

2) AO PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE:

2.1) Que seja formada, no âmbito do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, uma Comissão Especial do processo de escolha, a qual será responsável pela organização e pela condução do processo de escolha, cuja composição deverá ser paritária entre representantes do governo e da sociedade, na forma a ser definida por meio de Resolução;

2.2) Que elabore um calendário de atividades contemplando as diversas etapas do Processo de Escolha a serem executadas pelo CMDCA, por meio da Comissão Especial do processo de escolha, com o objetivo de o certame transcorrer em tempo hábil, comunicando a esta Promotoria de Justiça;

2.3) Que seja elaborado, aprovado e publicado o necessário Edital destinado a convocar e regulamentar o Processo de Escolha, observadas as disposições contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução n. 231/2022 do Conanda e na Lei Municipal;

2.4) Que o Edital seja publicado até o dia 3 de abril do corrente ano, de modo a garantir que todo o processo se desenvolva no prazo máximo de 6 (seis) meses antes do dia da votação (que ocorrerá no dia 1º/10/2023), como preconiza a Resolução do n. 231/2022 do Conanda, com a posse dos Conselheiros Tutelares eleitos sendo realizada no dia 10/01/2024, na forma prevista pela Lei n. 8.069/1990, com as alterações promovidas pela Lei 12.696/2012;

2.5) Que sejam, desde logo, realizadas gestões junto ao Poder Executivo Municipal, no sentido do fornecimento dos recursos humanos e materiais necessários à regular condução do pleito, incluindo o fornecimento de assessoria técnica e jurídica, designação e qualificação de servidores para atuar na recepção e no processamento dos pedidos de inscrição de candidaturas, assim como na captação e apuração dos votos, entre outras ações previstas no regulamento do certame;

2.6) Que seja buscado o apoio da Justiça Eleitoral e, em sendo expedidas orientações pelo Tribunal Regional Eleitoral, sejam observadas rigorosamente as medidas necessárias para o recebimento do apoio técnico e logístico da Justiça Especializada;

2.7) Que seja dada ampla divulgação do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, inclusive no sítio eletrônico oficial e nas redes sociais da Prefeitura Municipal, bem como, oportunamente, dos locais de votação, por meio de cartazes a serem afixados em unidades do CRAS/CREAS, UBS, hospitais, escolas, centros de educação infantil, clubes, Delegacias de Polícia, Fórum, Ministério Público, associações comunitárias/de moradores etc., além da divulgação de matérias em jornais, blogs, redes sociais e rádios locais;

2.9) Que providencie, junto à Polícia Militar locais, as medidas necessárias para garantir a segurança desse processo de escolha, incluindo escolta das urnas e presença de equipe nos locais de votação, bem como no local de apuração;

2.10) Que providencie, pela Comissão Especial do processo de escolha, a notificação do Ministério Público, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela comissão e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

2.11) Que todas as decisões da Comissão Especial do processo de escolha e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente relativas ao certame sejam comunicadas imediatamente ao Ministério Público, por meio do seguinte endereço de e-mail: (2pjgardim@mpms.mp.br)

Para a adoção das providências aludidas ou outras de efeito prático equivalente, fixa-se, com fundamento no art. 129, incisos III e VI, da Constituição Federal; art. 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/1985; e art. 26, inc. II, da Lei n. 8.625/1993, o prazo de 5 (cinco) dias úteis, dentro do qual requisito que Vossas Excelências encaminhem ofício quanto ao atendimento ou não da presente recomendação, juntando os respectivos documentos comprobatórios, a fim de que possa este órgão de



execução tomar as providências pertinentes, sem prejuízo de outras supervenientes que possam surgir no decorrer do processo de escolha.

Encaminhe-se ao DOMP para publicação.

Cumpra-se.

Jardim/MS, 28 de fevereiro de 2023.

LIA PAIM LIMA
Promotora de Justiça

MARACAJU

EDITAL Nº. 0008/2023/02PJ/MCJ

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Maracaju-MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo n. 09.2023.00002909-5, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Appa, 141, Centro, em Maracaju-MS.

Procedimento Administrativo n. 09.2023.00002909-5.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Associação República Social Ekklesia

Assunto: Acompanhar as inspeções técnicas em unidade e equipamentos que executam serviços socioassistenciais destinados às pessoas em situação de rua na comarca de Maracaju/MS, durante o ano de 2023

Maracaju-MS, 17 de março de 2023.

JANAÍNA SCOPEL BONATTO
Promotora de Justiça

MIRANDA

EDITAL Nº 009/2023

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2023.00000166-3 abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000166-3

Representante: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Investigados: Carmem Silva Akinaga Magario; Elenice Ester Benini Magario; Francisco Antonio Akinaga Magario,

Assunto: “Apurar o desmatamento de 1,78 hectares em área declarada como Remanescente de Vegetação Nativa e Reserva Legal Proposta, integrante do Bioma Mata Atlântica, na Fazenda Santa Fé, em Bodoquena/MS, realizado sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 17/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental).”

Miranda/MS, 20 de março de 2023.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA
Promotora de Justiça

**EDITALº 010/2023****EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

A 2ª Promotoria de Justiça de Miranda faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos n.001/2023, referente aos documentos da 2ª Promotoria de Justiça de Miranda, nos termos do artigo 10 da Resolução nº017/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022.

O prazo é de 5 (cinco) dias, contados da data da publicação no DOMP, para possíveis manifestações ou para possibilitar às partes interessadas requerer, as suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópia de peças de processos ou expedientes, salvo as hipóteses de sigilo previstas em legislação específica.

Miranda, 20 de março de 2023.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA

Promotora de Justiça

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 001/2023

PROVENIÊNCIA – (órgão Produtor)	PROCEDÊNCIA- 2ª Promotoria de Justiça de Miranda		
Órgão / Setor- 2ª Promotoria de Justiça de Miranda	Órgão / Setor- 2ª Promotoria de Justiça de Miranda		
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL			
200 - Comunicações de flagrante (cópia).	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº17/2022-PGJ.	2018	2020
000/060-Ofícios expedidos e recebidos	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº17/2022-PGJ.	2017	2020
000/060- Controle de remessa e recebimento de carga	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº17/2022-PGJ	2017	2020
100- Termos de declaração	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº17/2022-PGJ.	2017	2019
100-Intimações e notificações	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº17/2022-PGJ	2018	2019
200- Estagiários de Graduação e Pós-Graduação (folha de frequência, relatório mensal e outros)	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº17/2022-PGJ.	2018	2020
100-Atas de reunião do júri (cópia)	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº17/2022-PGJ	2018	2018
200-menor infrator- termo de apresentação de menor e termo de remissão	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº17/2022-PGJ	2017	2020
060-Relatórios de Interceptação Telefônica	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº17/2022-PGJ	2017	2020
060-Relatórios do Simpes Unificado (SU)	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº17/2022-PGJ	2017	2020
200-Manifestações diversas em processos judiciais: petições, razões e contrarrazões recursais entre outros	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº17/2022-PGJ	2017	2020
200- Documentos diversos	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº17/2022-PGJ	2017	2020
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Patrícia da Silva Pereira, Técnico I MPMS Data do preenchimento: 20 de março de 2023.			



PORTO MURTINHO

EDITAL N. 0001/2023/GACEP/PTM

A Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e pode ser integralmente acessado no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem interessar na Rua 13 de Maio, 444, Edifício do Fórum, em Porto Murtinho.

Procedimento Administrativo n. 09.2023.00003090-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Delegacia de Polícia Civil de Porto Murtinho

Assunto: Formalizar o exercício do controle externo da atividade policial consistente na realização de visita técnica à Delegacia de Polícia Civil de Porto Murtinho, no ano de 2023, nos termos do art. 4º, I, da Resolução CNMP n. 20/2007.

Porto Murtinho, 17 de março de 2017.

MAYARA SANTOS DE SOUSA

Promotora de Justiça em Substituição Legal